

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS	25
1. Introdução aos direitos humanos.....	25
2. Conceito e conteúdo dos direitos humanos	26
2.1. Conceito tradicional e concepções contemporâneas	26
2.2. Conteúdo dos direitos humanos e o “direito a ter direitos” de Hannah Arendt.....	28
2.3. Terminologia.....	30
3. Dignidade da pessoa humana.....	33
3.1. Previsão Normativa.....	33
3.2. Da dignidade da espécie até a dignidade da pessoa humana.....	34
3.3. Funções da dignidade da pessoa humana	36
3.4. Conteúdo da dignidade da pessoa humana	37
4. Especificidades dos direitos humanos.....	38
4.1. Centralidade dos direitos humanos	38
4.2. Função contramajoritária	39
4.3. Superioridade normativa.....	41
4.3.1. Obrigações <i>erga omnes</i> , <i>normas de jus cogens</i> e casos de <i>soft law</i>	41
4.3.2. Proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	43
4.3.3. Princípio da autodeterminação dos povos.....	43
4.3.4. Normas cogentes de direitos humanos	44
4.4. Abertura dos direitos humanos	45
4.5. Proibição de retrocesso	46
5. Estrutura dos direitos humanos: entre os princípios e regras.....	47
6. Resumo do capítulo	49

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	53
1. Introdução.....	53
2. Idade Antiga	54
2.1. Período Axial.....	54

2.2.	Visão Grega.....	55
2.3.	Democracia Ateniense.....	56
2.4.	República Romana.....	57
2.4.1.	Lei das doze tábuas.....	57
2.5.	Influências do Cristianismo	58
3.	Idade Média	58
3.1.	Igreja Católica.....	59
3.2.	Início da concentração do poder no Estado.....	59
3.2.1.	Magna Carta de 1215.....	59
4.	Idade Moderna.....	61
4.1.	Absolutismo.....	61
4.2.	Iluminismo	62
4.3.	Revolução Gloriosa.....	64
4.3.1.	<i>Petition of Rights</i> de 1628.....	65
4.3.2.	<i>Habeas Corpus Act</i> de 1679.....	65
4.3.3.	<i>Bill of Rights</i> de 1689.....	66
4.4.	Independência Americana	67
4.4.1.	Declaração de Direitos da Virgínia de 1776.....	68
4.4.2.	Constituição dos Estados Unidos da América.....	69
5.	Idade Contemporânea.....	70
5.1.	Revolução Francesa.....	70
5.1.1.	Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.....	71
5.1.2.	Projeto de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791.....	72
5.2.	Revolução Industrial e Estado Liberal	72
5.3.	Movimentos Socialistas	73
5.4.	Reconhecimento de Direitos Econômicos e Sociais.....	74
5.4.1.	Constituição Mexicana de 1917.....	74
5.4.2.	Constituição Alemã de 1919.....	75
6.	Internacionalização da Proteção de Direitos.....	76
6.1.	Direito Humanitário	76
6.2.	Movimentos Contra a Escravidão	77
6.3.	Liga das Nações Unidas	78
6.4.	Organização Internacional do Trabalho.....	79
7.	Proteção Internacional dos Direitos Humanos.....	79
7.1.	Organização das Nações Unidas	82
7.2.	Tribunal de Nuremberg.....	83
7.3.	Proteção Regional de Direitos Humanos.....	83
7.4.	Direitos humanos durante a Guerra Fria.....	84
7.5.	Conferência Mundial de Direitos Humanos.....	84
7.6.	Declaração do Milênio das Nações Unidas	85

7.6.1.	Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável.....	86
7.7.	Guerra Contra o Terrorismo.....	87
8.	Sistematização dos principais documentos de direitos humanos.....	89
9.	Resumo do Capítulo.....	91

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DOS DIREITOS HUMANOS E TEORIAS CRÍTICAS..... 97

1.	Introdução.....	97
2.	Construção teórica do conceito de ser humano	97
2.1.	Primeira Fase: a lei escrita e não escrita.....	98
2.2.	Segunda Fase: contribuição de Boécio.....	99
2.3.	Terceira Fase: filosofia kantiana.....	99
2.4.	Quarta Fase: liberdade e valores.....	100
2.5.	Quinta Fase: existencialismo	101
3.	Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos	101
3.1.	Jusnaturalismo.....	102
3.2.	Positivismo Jurídico.....	103
3.3.	Fundamento Negacionista.....	104
3.4.	Dignidade da Pessoa Humana.....	105
4.	Teorias Críticas dos Direitos Humanos	106
4.1.	Hermenêutica da Suspeita.....	107
4.2.	Crítica Marxista.....	109
4.3.	Crítica Biopolítica.....	110
4.4.	Crítica Descolonial	112
5.	Resumo do Capítulo.....	113

CAPÍTULO IV

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS..... 117

1.	Definição, titularidade e abrangência dos direitos humanos.....	117
2.	Classificações possíveis aos direitos humanos.....	118
2.1.	Teoria do <i>status</i> de Jellinek.....	118
2.2.	Classificação pelas funções.....	120
2.3.	Teoria das gerações dos direitos humanos.....	120
2.4.	Direitos civis e políticos vs. direitos econômicos, sociais e culturais.....	122
3.	Características dos direitos humanos.....	124
3.1.	Historicidade.....	124
3.2.	Universalidade	125
3.2.1.	Universalidade vs. Relativismo Cultural.....	126
3.2.2.	Multiculturalismo e Hermenêutica Diatópica	127
3.2.3.	Universalismo de Confluência.....	128

3.3.	Inalienabilidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidade	129
3.4.	Indivisibilidade e Interdependência	129
3.5.	Essencialidade	130
3.6.	Complementaridade	130
3.7.	Relatividade	131
4.	Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos	131
5.	Interpretação dos direitos humanos	132
5.1.	Interpretação conforme os Direitos Humanos	132
5.2.	Princípio da Interpretação <i>Pro Homine</i>	133
5.3.	Princípio da Primazia da Norma Mais Favorável	133
5.4.	Princípio da Máxima Efetividade	133
5.5.	Princípio da Interpretação Autônoma	133
5.6.	Princípio da Interpretação Evolutiva	134
5.7.	Teoria da Margem de apreciação	134
5.8.	Vedação à Interpretação Deturpada	134
6.	Principais intérpretes das normas de direitos humanos	135
7.	A resolução de conflitos entre direitos humanos	135
7.1.	Teoria Interna	136
7.2.	Teoria Externa	136
7.3.	Princípio da Proporcionalidade	137
8.	Restrições e derrogações aos direitos humanos	137
8.1.	Restrições Legais: Reserva Legal Simples e Qualificada	138
8.2.	Derrogação de Direitos Humanos	138
9.	O Brasil e a tutela constitucional dos direitos humanos	139
9.1.	Trajetória Constitucional Brasileira	139
9.2.	Constituição da República de 1988	141
9.2.1.	Princípios fundamentais	142
9.2.2.	Expansão dos direitos humanos	143
10.	Incorporação de tratados e convenções internacionais	144
10.1.	Relação entre Direito Internacional e Interno	144
10.1.1.	Dualismo	145
10.1.2.	Monismo	146
10.1.3.	Monismo internacionalista dialógico	147
10.2.	Etapas para Incorporação de Tratados Internacionais	148
10.2.1.	Negociações preliminares e assinatura	148
10.2.2.	Aprovação parlamentar	149
10.2.3.	Ratificação e depósito	149
10.2.4.	Promulgação e Publicação	150
10.3.	Status Normativo dos Tratados Incorporados ao Ordenamento	150
10.3.1.	Paridade normativa	151

10.3.2.	Equivalência à emenda constitucional.....	151
10.3.3.	Supralegalidade em direitos humanos.....	152
10.3.4.	Outras hipóteses de supralegalidade.....	153
10.4.	Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	154
10.4.1.	Tese da natureza constitucional.....	155
10.4.2.	Aplicabilidade imediata.....	157
10.4.3.	Regime Objetivo dos Tratados de Direitos Humanos.....	157
10.4.4.	Denúncia de Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	158
11.	Incidente de deslocamento de competência.....	160
11.1.	Noções Gerais.....	160
11.2.	Requisitos.....	162
11.3.	Precedentes.....	163
12.	Controle de convencionalidade.....	167
12.1.	Controle de Convencionalidade Interno.....	168
12.1.1.	Controle de convencionalidade concentrado.....	168
12.1.2.	Controle de convencionalidade difuso.....	169
12.2.	Controle de Convencionalidade Internacional.....	169
12.2.1.	Controle de convencionalidade compulsório.....	170
12.3.	Teoria do Duplo Controle.....	170
12.3.1.	Lei de anistia.....	171
12.4.	Controle de Convencionalidade na Corte Interamericana.....	172
12.4.1.	Controle de convencionalidade.....	172
12.4.2.	Aferição de convencionalidade.....	174
13.	Resumo do capítulo.....	176

CAPÍTULO V

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....		187
1.	Introdução.....	187
1.1.	Antecedentes Históricos.....	188
1.2.	Fases do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	188
2.	Vertentes da Proteção Internacional de Direitos Humanos	189
2.1.	Direito Internacional Humanitário.....	190
2.1.1.	Direito de Genebra	191
2.1.2.	Direito de Haia.....	191
2.1.3.	Direito de Nova Iorque	192
2.2.	Direito Internacional dos Refugiados	193
2.3.	Direito Internacional dos Direitos Humanos	194
3.	Estrutura dos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos	194
3.1.	Sistema Global e Sistemas Regionais	194
3.2.	Coexistência Entre os Sistemas	195

3.3.	Subsidiariedade dos Sistemas Internacionais.....	196
4.	Mecanismos de proteção aos direitos humanos.....	197
4.1.	Mecanismo Unilateral.....	197
4.2.	Mecanismo Coletivo.....	198
4.3.	Mecanismos Convencionais.....	198
4.3.1.	Mecanismo convencional não contencioso.....	199
4.3.2.	Mecanismo convencional quase judicial.....	199
4.3.3.	Mecanismo convencional judicial.....	199
4.4.	Mecanismos Não Convencionais.....	200
5.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais.....	201
5.1.	Órgãos Fiscalizatórios.....	201
5.1.1.	Órgão político.....	201
5.1.2.	Órgão quase judicial.....	201
5.1.3.	Órgão judicial.....	201
5.2.	Mecanismos de Fiscalização.....	201
5.2.1.	Relatórios.....	202
5.2.2.	Comunicações interestatais.....	202
5.2.3.	Petições individuais.....	202
5.2.4.	Investigações.....	203
6.	Capacidade internacional dos indivíduos.....	203
6.1.	Capacidade Ativa.....	204
6.2.	Capacidade Passiva.....	205
7.	Tribunais internacionais contemporâneos.....	206
7.1.	Corte Internacional de Justiça.....	206
7.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos.....	207
7.3.	Tribunais Penais Internacionais.....	208
8.	Direito Internacional Penal.....	208
8.1.	Responsabilidade Internacional do Indivíduo.....	209
8.2.	Precedentes Históricos do TPI.....	210
8.2.1.	Tribunal de Nuremberg.....	210
8.2.2.	Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda.....	211
8.3.	O Tribunal Penal Internacional.....	212
8.3.1.	Características.....	213
8.3.2.	Crimes de jus cogens.....	214
8.4.	Proteção penal de direitos humanos.....	215
8.4.1.	Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos humanos.....	215
8.4.2.	Mandados internacionais de criminalização.....	216
8.4.3.	Tribunais penais internacionais de quarta geração.....	217
8.4.4.	<i>Responsibility to protect</i> – R2P.....	218
9.	Responsabilidade internacional do estado e direitos humanos.....	219

9.1.	Natureza Jurídica	219
9.2.	Elementos da responsabilidade internacional	220
9.2.1.	Fato internacionalmente ilícito	220
9.2.2.	Resultado lesivo.....	221
9.2.3.	Nexo causal.....	221
9.3.	Medidas Reparatórias.....	222
9.3.1.	Restituição na íntegra	222
9.3.2.	Cessação do ilícito	223
9.3.3.	Satisfação.....	223
9.3.4.	Compensação.....	223
9.3.5.	Garantias de não repetição	223
9.4.	Sanções Internacionais por Violações de Direitos Humanos.....	224
9.4.1.	Sanções unilaterais.....	224
9.4.2.	Sanções coletivas.....	224
10.	Implementação das decisões internacionais	224
10.1.	Obrigatoriedade das Decisões.....	225
10.1.1.	Recomendação.....	225
10.1.2.	Decisão quase judicial	225
10.1.3.	Decisão judicial.....	226
10.2.	Execução de Sentenças Internacionais.....	226
10.2.1.	(Des)Necessidade de homologação pelo STJ.....	227
10.3.	Compliance da Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	228
11.	Pandemia de COVID-19 e o direito internacional dos direitos humanos.....	229
11.1.	Emergência de Saúde Pública Internacional e Pandemia do COVID-19.....	229
11.2.	Problemas e Desafios de Direitos Humanos e COVID-19 no âmbito das Obrigações Internacionais dos Estados.....	231
11.3.	Pandemia e Direitos Humanos nas Américas	232
11.3.1.	Obrigações internacionais dos Estados.....	233
11.3.2.	Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.....	234
11.3.3.	Estado de exceção, restrições às liberdades fundamentais e Estado de Direito.....	235
11.3.4.	Grupos em situação especial de vulnerabilidade	236
11.4.	Direitos Humanos das Pessoas com COVID-19	236
11.5.	Vacinação contra COVID-19 no marco das obrigações interamericanas de direitos humanos.....	239
12.	Resumo do capítulo	241

CAPÍTULO VI

SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	253
1. Aspectos gerais do sistema universal	253
2. Organização das Nações Unidas	256
2.1. Carta das Nações Unidas.....	256

2.2.	Estrutura	258
2.2.1.	Assembleia Geral	258
2.2.2.	Conselho de Segurança	259
2.2.3.	Conselho Econômico e Social	260
2.2.4.	Conselho de Tutela	261
2.2.5.	Corte Internacional de Justiça	261
2.2.6.	Secretariado	261
2.3.	Sistema Convencional	262
2.4.	Sistema Não Convencional	263
2.4.1.	Conselho de Direitos Humanos	263
2.4.1.1.	Procedimentos Especiais	265
2.4.1.2.	Procedimento de Queixa	266
2.4.1.3.	Revisão Periódica Universal	266
2.4.2.	Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos	268
3.	Declaração Universal dos Direitos Humanos	268
4.	Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966	274
4.1.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	275
4.1.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	280
4.1.2.	Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	280
4.1.3.	Comitê de Direitos Humanos	281
4.1.3.1.	Estrutura e Composição	281
4.1.3.2.	Mecanismos de Monitoramento	282
4.2.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	284
4.2.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	288
4.2.2.	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	289
4.2.2.1.	Estrutura e Composição	289
4.2.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	290
5.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial	294
5.1.	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial	295
5.1.1.	Estrutura e Composição	295
5.1.2.	Mecanismos de Monitoramento	296
6.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	298
6.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	300
6.2.	Comitê Sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher	300
6.2.1.	Estrutura e Composição	300
6.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	301
7.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes	303

7.1.	Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	304
7.2.	Comitê Contra a Tortura	305
7.2.1.	Estrutura e Composição.....	305
7.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	306
7.2.3.	Subcomitê de Prevenção.....	308
8.	Convenção sobre os direitos da criança	309
8.1.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.....	311
8.2.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil	313
8.3.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo aos Procedimentos de Comunicação.....	314
8.4.	Comitê para os Direitos da Criança	315
8.4.1.	Estrutura e Composição.....	315
8.4.2.	Mecanismos de Monitoramento	316
9.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.....	319
9.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.....	321
9.2.	Comitê Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	322
9.2.1.	Estrutura e Composição.....	322
9.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	323
10.	Tratado de Marraqueche	324
11.	Corte Internacional de Justiça	326
11.1.	Estrutura e Composição.....	326
11.2.	Competência.....	327
11.3.	Processo e julgamento	328
11.4.	A Corte e a Proteção de Direitos Humanos.....	329
12.	Conselho de segurança e a proteção de direitos humanos.....	330
12.1.	Cumprimento das Sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/19).....	332
13.	Resumo do capítulo	333

CAPÍTULO VII

SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS..... 347

1.	Aspectos gerais do sistema regional interamericano.....	347
2.	Organização dos Estados Americanos (OEA)	349
2.1.	Carta da Organização dos Estados Americanos.....	349
2.2.	Estrutura	351
2.2.1.	Assembleia Geral	351
2.2.2.	Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.....	352
2.2.3.	Conselhos.....	352
2.2.4.	Comissão Jurídica Interamericana	352

2.2.5.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	352
2.2.6.	Secretaria-Geral.....	353
2.2.7.	Conferências e Organismos Especializados.....	353
2.3.	Sistemas Convencional e Não Convencional.....	353
2.3.1.	Subsistema da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	354
2.3.2.	Subsistema da Organização dos Estados Americanos (OEA)	354
2.3.2.1.	Mecanismo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	355
2.3.2.2.	Mecanismo da Carta Democrática Interamericana.....	356
3.	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	357
4.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	358
4.1.	Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de São Salvador”.....	375
4.2.	Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte	379
4.3.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	380
4.3.1.	Histórico	380
4.3.2.	Natureza dúplice.....	381
4.3.3.	Organização.....	381
4.3.4.	Funções.....	382
4.3.4.1.	Sessões da Comissão	383
4.3.4.2.	Relatorias e grupos de trabalho.....	384
4.3.5.	Provocação.....	384
4.3.5.1.	Petições individuais.....	385
4.3.5.2.	Comunicações interestatais.....	386
4.3.5.3.	Investigações motu proprio	387
4.3.6.	Processo perante a Comissão.....	387
4.3.6.1.	Legitimidade.....	387
4.3.6.2.	Condições de admissibilidade	388
4.3.6.3.	Procedimento de admissibilidade.....	390
4.3.6.4.	Procedimento sobre o mérito.....	391
4.3.6.5.	Primeiro informe	392
4.3.6.6.	Segundo informe	392
4.3.6.7.	Acompanhamento	393
4.3.7.	Medidas Cautelares	393
4.3.8.	Observações <i>in loco</i>	394
4.3.9.	Relatórios da Comissão.....	394
4.4.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	395
4.4.1.	Histórico	395
4.4.2.	Organização.....	395
4.4.2.1.	Juiz <i>ad hoc</i>	396

4.4.3.	Funções.....	397
4.4.3.1.	Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.....	397
4.4.3.2.	Funcionamento da Corte.....	398
4.4.3.3.	Provocação.....	398
4.4.4.	Jurisdição da Corte.....	398
4.4.4.1.	Jurisdição consultiva.....	399
4.4.4.2.	Jurisdição contenciosa.....	400
4.4.5.	Processo perante a Corte.....	401
4.4.5.1.	Legitimidade.....	401
4.4.5.2.	Defensor interamericano.....	402
4.4.5.3.	Petição inicial.....	402
4.4.5.4.	Contestação do Estado.....	402
4.4.5.5.	Exceções preliminares.....	403
4.4.5.6.	<i>Amicus curiae</i>	403
4.4.5.7.	Procedimento oral e procedimento final escrito.....	404
4.4.5.8.	Desistência, reconhecimento e solução amistosa.....	404
4.4.5.9.	Sentença.....	405
4.4.6.	Medidas Provisórias.....	405
4.4.7.	A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	406
4.4.7.1.	Pedido de interpretação.....	407
4.4.7.2.	Supervisão de cumprimento.....	407
4.4.7.3.	Exigibilidade interna e execução.....	407
5.	Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.....	408
6.	Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher.....	409
7.	Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas.....	410
8.	Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.....	411
9.	Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	411
10.	Resumo do capítulo.....	413

CAPÍTULO VIII

OUTROS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO.....	421
1. Introdução.....	421
2. Sistema Regional Europeu de Direitos Humanos.....	421
2.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	421
3. Sistema Regional Africano de Direitos Humanos.....	424
3.1. Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos.....	425
4. Resumo do capítulo.....	426

CAPÍTULO IX**JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 429**

1.	Introdução.....	430
2.	Sistema Universal de Proteção aos Direitos Humanos	430
2.1.	Corte Internacional de Justiça	430
2.1.1.	Caso LaGrand (Alemanha vs. Estados Unidos).....	431
2.1.2.	Caso Hissène Habré (Bélgica vs. Senegal)	431
2.1.3.	Caso envolvendo Alegações de Genocídio segundo a Convenção para a prevenção e punição do crime de genocídio (Ucrânia vs. Rússia).....	432
2.1.4.	Caso Aplicação da Convenção para a prevenção e punição do crime de genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul vs. Israel)	432
2.2.	Tribunal Penal Internacional.....	433
2.2.1.	Caso Procurador do TPI vs. Thomas Lubanga Dyilo.....	433
2.2.2.	Caso Procurador do TPI vs. Benjamin Netanyahu e outros (Lideranças de Israel e do Hamas).....	434
2.3.	Comitê de Direitos Humanos.....	435
2.3.1.	Caso Sonia Yaker vs. França.....	435
2.3.2.	Caso Andrei Strizhak vs. Belarus	436
2.3.3.	Caso Denatar Durdyev vs. Turcomenistão.....	437
2.3.4.	Caso Mohamed Rabbae e outros vs. Holanda	438
2.3.5.	Caso Lula vs. Brasil (medida cautelar).....	439
2.3.6.	Caso Susana vs. Nicarágua	439
2.4.	Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (Comitê CEDAW).....	440
2.4.1.	Caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira vs. Brasil.....	440
3.	Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.....	441
3.1.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	441
3.1.1.	Caso Lezmond C. Mitchell vs. Estados Unidos da América	442
3.2.	O Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	443
3.2.1.	Caso José Pereira vs. Brasil	443
3.2.2.	Caso dos Meninos Emasculados do Maranhão vs. Brasil	444
3.2.3.	Caso Carandiru vs. Brasil.....	444
3.2.4.	Caso Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil.....	445
3.2.5.	Caso Simone André Diniz vs. Brasil.....	447
3.2.6.	Caso Margarida Maria Alves e familiares vs. Brasil.....	449
3.2.7.	Caso Márcio Lapoente da Silveira vs. Brasil	449
3.2.8.	Caso Fazenda Ubá vs. Brasil.....	450
3.2.9.	Caso Rubens Valente Soares vs. Brasil.....	450
3.3.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	451
3.3.1.	Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras.....	451
3.3.2.	Caso Loayza Tamayo vs. Peru	453

3.3.3.	Caso Blake vs. Guatemala.....	454
3.3.4.	Caso “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala.....	455
3.3.5.	Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala.....	457
3.3.6.	Caso “A Última Tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) vs. Chile.....	458
3.3.7.	Caso Barrios Altos vs. Peru.....	458
3.3.8.	Caso Tibi vs. Equador.....	459
3.3.9.	Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala.....	461
3.3.10.	Caso Palamara Iribarne vs. Chile.....	462
3.3.11.	Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile.....	463
3.3.12.	Caso González e Outras (“Campo Algodonero”) vs. México.....	464
3.3.13.	Caso Barreto Leiva vs. Venezuela.....	465
3.3.14.	Caso Vélez Looor vs. Panamá.....	466
3.3.15.	Caso Atala Riffo e crianças vs. Chile.....	468
3.3.16.	Caso Furlán e familiares vs. Argentina.....	469
3.3.17.	Caso Mohamed vs. Argentina.....	470
3.3.18.	Caso Artavia Murillo e outros (“Fecundação <i>in vitro</i> ”) vs. Costa Rica.....	471
3.3.19.	Caso Fontevecchia e outro vs. Argentina.....	472
3.3.20.	Caso Bayarri vs. Argentina.....	473
3.3.21.	Caso Ruano Torres vs. El Salvador.....	475
3.3.22.	Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.....	476
3.3.23.	Caso Família Pacheco Tineo vs. Bolívia.....	477
3.3.24.	Caso Lagos del Campo vs. Peru.....	479
3.3.25.	Caso Poblete Vilches e outros vs. Chile.....	481
3.3.26.	Caso Luis Fernando Guevara Díaz vs Costa Rica.....	483
3.3.28.	Caso Beatriz e outros vs. El Salvador.....	484
3.3.29.	Caso Pueblos Indígenas Tagaeri e Taromenane vs. Equador.....	485
3.4.	O Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	486
3.4.1.	Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.....	487
3.4.2.	Caso Nogueira de Carvalho e outros vs. Brasil.....	489
3.4.3.	Caso Escher e outros vs. Brasil.....	490
3.4.4.	Caso Garibaldi vs. Brasil.....	491
3.4.5.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil.....	493
3.4.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil.....	496
3.4.7.	Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.....	498
3.4.8.	Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil.....	501
3.4.9.	Caso Herzog e outros vs. Brasil.....	503
3.4.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil.....	506
3.4.11.	Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil.....	509
3.4.12.	Caso Sales Pimenta vs. Brasil.....	511
3.4.13.	Caso Tavares Pereira e outros vs. Brasil.....	512

3.4.14.	Caso Honorato e outros (“Castelinho”) vs. Brasil.....	514
3.4.15.	Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil.....	518
3.4.16.	Caso dos Santos Nascimento e outra vs. Brasil.....	520
3.4.17.	Caso Muniz da Silva e outros vs. Brasil.....	523
3.4.18.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil.....	525
3.4.19.	Caso da Silva e outros vs. Brasil.....	529
3.4.20.	Caso da Leite, Peres Crispim e outros vs. Brasil.....	531
3.4.21.	Medidas Provisórias proferidas em face do Brasil.....	533
3.4.21.1.	Caso da Penitenciária de Urso Branco.....	533
3.4.21.2.	Caso do Complexo do Tatuapé da FEBEM.....	533
3.4.21.3.	Caso da Penitenciária de Araraquara.....	534
3.4.21.4.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”).....	534
3.4.21.5.	Caso Unidade de Internação Socioeducativa.....	535
3.4.21.6.	Caso Complexo Penitenciário de Curado.....	535
3.4.21.7.	Caso Complexo Penitenciário de Pedrinhas.....	536
3.4.21.8.	Caso do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho.....	537
3.4.21.9.	Caso dos Membros dos Povos Indígenas Yanomami, Ye’Kwana e Munduruku.....	539
3.4.21.10.	Assunto da Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS).....	540
3.4.21.11.	Assunto Pessoas Privadas de Liberdade na Penitenciária Evaristo de Moraes a respeito do Brasil.....	541
3.4.22.	Casos em curso em face do Brasil.....	542
3.4.22.1.	Caso Neusa dos Santos Nascimento e outros vs. Brasil.....	542
3.4.22.2.	Caso Muniz da Silva vs. Brasil.....	543
3.4.22.3.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil.....	543
3.4.22.4.	Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil.....	544
3.4.22.5.	Caso Collen Leite e outros vs. Brasil.....	544
3.4.22.6.	Caso Manoel Luiz da Silva e outros vs. Brasil.....	545
3.4.22.7.	Caso Hernández Norambuena vs. Brasil.....	546
3.4.22.8.	Caso Max Clay Mendes e outros vs. Brasil.....	546
3.4.22.9.	Caso Luiza Melinho vs. Brasil.....	547
3.4.22.10.	Caso Clínica Pediátrica da Região dos Lagos.....	548
3.5.	Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	549
3.5.1.	OC-1/82. “Outros tratados” e objeto da função consultiva da Corte.....	549
3.5.2.	OC-2/82. Efeito sobre a entrada em vigência da Convenção.....	550
3.5.3.	OC-3/83. Restrições à pena de morte.....	550
3.5.4.	OC-4/84. Proposta de modificação da Constituição da Costa Rica relacionada com a naturalização.....	551

3.5.5.	OC-5/85. O registro obrigatório de jornalistas.....	551
3.5.6.	OC-6/86. A expressão "Leis" no artigo 30 da Convenção Americana.....	552
3.5.7.	OC-7/86. Exigibilidade do direito de retificação ou resposta.....	552
3.5.8.	OC-8/87. O <i>habeas corpus</i> sob a suspensão de garantias.....	553
3.5.9.	OC-9/87. Garantias judiciais no estágio de emergência.....	553
3.5.10.	OC-10/89. Interpretação da Declaração Americana de Direitos Humanos no marco do artigo 64 da Convenção Americana.....	554
3.5.11.	OC-11/90. Exceções ao esgotamento dos recursos internos.....	554
3.5.12.	OC-12/91. Compatibilidade de um projeto de lei com o artigo 8.2.h da Convenção Americana.....	555
3.5.13.	OC-13/93. Certas atribuições da CIDH.....	555
3.5.14.	OC-14/94. Responsabilidade internacional por expedição e aplicação de leis violadoras da Convenção.....	556
3.5.15.	OC-15/97. Relatórios da CIDH.....	556
3.5.16.	OC-16/99. O direito de informação sobre a assistência consular no marco das garantias do devido processo legal.....	557
3.5.17.	OC-17/02. Condição jurídica e direitos humanos das crianças.....	558
3.5.18.	OC-18/03. Condição jurídica e direitos dos migrantes sem documentação.....	559
3.5.19.	OC-19/05. Controle de legalidade e exercício das atribuições da CIDH.....	561
3.5.20.	OC-20/09. Artigo 55 da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	561
3.5.21.	OC-21/14. Direitos e garantias das crianças no contexto de migração e necessidade de proteção internacional.....	562
3.5.22.	OC-22/16. Titularidade de direitos das pessoas jurídicas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	564
3.5.23.	OC-23/17. Meio ambiente e direitos humanos.....	565
3.5.24.	OC-24/17. Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Obrigações estatais em relação à mudança do nome, da identidade de gênero e dos direitos derivado de um vínculo entre casais do mesmo sexo...	566
3.5.25.	OC-25/18. O instituto do asilo e seu reconhecimento como direito humano no Sistema Interamericano de Proteção.....	567
3.5.26.	OC-26/2020. A denúncia da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Carta da OEA e seus efeitos sobre as obrigações estatais em matérias de direitos humanos.....	568
3.5.27.	OC-27/2021. Direito à liberdade sindical, negociação coletiva e greve, e sua relação com outros direitos, com a perspectiva de gênero.....	570
3.5.28.	OC-28/2021. A figura da reeleição presidencial indefinida em sistemas presidenciais no contexto do sistema interamericano de direitos humanos.....	571
3.5.29.	OC-29/2022. Enfoques diferenciados em matéria de pessoas privadas de liberdade	572
3.5.30.	OC-31/2025. O conteúdo e o alcance do direito ao cuidado como direito humano autônomo.....	574
3.5.31.	OC-32/2025. Emergência Climática e Direitos Humanos.....	574
4.	Sistema Regional Africano de Proteção aos Direitos Humanos.....	575
4.1.	Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos.....	575
4.1.1.	Caso Ally Rajabu e outros vs. República Unida da Tanzânia.....	575

4.1.2.	Caso Alfred Agbesi Woyome vs. República do Gana.....	576
5.	Sistema Regional Europeu de Proteção aos Direitos Humanos	577
5.1.	Corte Europeia de Direitos Humanos	577
5.1.1.	Caso Fernandes de Oliveira vs. Portugal.....	577
5.1.2.	Caso Rooman vs. Bélgica.....	578
6.	Resumo do capítulo	579

CAPÍTULO X

A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....		591
1.	Introdução.....	591
2.	Política Nacional de Direitos Humanos.....	591
2.1.	Primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2).....	592
2.2.	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).....	592
2.3.	Programas Estaduais de Direitos Humanos.....	593
3.	Atividade da Polícia na Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	593
3.1.	Segurança pública e direitos humanos	593
3.2.	Resolução nº 43/173 da ONU.....	594
3.3.	Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei.....	595
3.4.	Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos presos.....	595
3.5.	A Polícia Judiciária e os direitos humanos.....	596
3.5.1.	Aferição de convencionalidade pelo delegado de polícia	597
4.	Ministério Público e a Promoção e Proteção aos Direitos Humanos	598
4.1.	Estrutura constitucional do Ministério Público brasileiro.....	598
4.2.	Promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais	599
4.3.	A fiscalização externa da atividade policial	600
4.3.1.	Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007.....	601
4.4.	Ministério Público Estadual e a tutela dos direitos humanos	601
4.5.	Ministério Público Federal e a tutela dos direitos humanos.....	602
4.5.1.	Procuradoria Federal e Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão.....	602
5.	Defensoria Pública e a Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	603
5.1.	Estrutura constitucional da Defensoria Pública brasileira	603
5.2.	Acesso à justiça e as “100 regras de Brasília”	604
5.3.	Diretrizes da OEA para as Defensorias Públicas.....	605
5.3.1.	Resolução nº 2.656/2011 da OEA.....	606
5.3.2.	Resolução nº 2.887/2016 da OEA.....	606
5.4.	Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP).....	606
5.5.	Defensor Público Interamericano (DPI).....	607
5.5.1.	Formação do corpo de Defensores Públicos Interamericanos.....	607
5.5.2.	DPI na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	608
5.5.3.	DPI na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	608
5.5.4.	Designação do DPI	609

5.6.	Representação perante o Sistema Interamericano de Proteção.....	609
5.6.1.	Legitimidade para representação.....	609
5.6.2.	Assistência jurídica internacional em direitos humanos.....	610
5.7.	Defensoria Pública Estadual e a tutela dos direitos humanos.....	611
5.8.	Defensoria Pública da União e a tutela dos direitos humanos.....	611
5.8.1.	Defensor Nacional e Defensores Regionais de Direitos Humanos.....	612
6.	A Advocacia e a Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	613
6.1.	Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.....	613
6.2.	Princípios Básicos Relativos à Função dos Advogados.....	613
7.	O Poder Judiciário na Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.....	614
7.1.	Ativismo judicial e direitos humanos.....	615
7.2.	Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.....	615
7.3.	Resolução nº 364/2021 do CNJ.....	616
7.4.	Resolução nº 425/2021 do CNJ.....	617
7.5.	Recomendação 123/2022 do CNJ.....	618
7.6.	Resolução nº 440/2022 do CNJ.....	618
7.7.	Resolução nº 487/2023 do CNJ.....	619
7.8.	Resolução nº 492/2023 do CNJ.....	619
7.9.	Resolução nº 512/2023 do CNJ.....	620
7.10.	Resolução nº 512/2023 do CNJ.....	620
7.11.	Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.....	621
7.12.	Resolução nº 615/2025 do CNJ.....	621
8.	Conselho de Direitos Humanos.....	622
9.	Comissão Nacional da Verdade.....	624
10.	Instituição Nacional de Direitos Humanos e os Princípios de Paris.....	625
11.	Resumo do capítulo.....	626

CAPÍTULO XI

DIREITOS HUMANOS EM ESPÉCIE..... 631

1.	Introdução.....	631
2.	Direito à vida.....	632
2.1.	Aspectos gerais.....	632
2.2.	Discussões envolvendo o direito à vida.....	634
3.	Direito à liberdade.....	637
3.1.	Liberdade de manifestação do pensamento.....	637
3.2.	Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	637
3.3.	Liberdade de informação.....	637
3.4.	Liberdade de religião.....	638
3.5.	Liberdade de associação e de reunião.....	639
3.6.	Liberdade de trabalho.....	640
3.7.	Liberdade de locomoção e de residência.....	641

4.	Direito à igualdade	641
4.1.	Igualdade e universalidade de direitos	641
4.2.	Dimensões da igualdade	642
4.3.	Igualdade e ações afirmativas	642
5.	Princípio da legalidade e direito à segurança jurídica	642
6.	Direito à propriedade	644
6.1.	Função social	645
7.	Direito à propriedade intelectual	646
8.	Direito à privacidade	646
9.	Direito à educação e à cultura	648
10.	Direito à saúde	648
11.	Direito do consumidor	649
12.	Direito de acesso à justiça	649
12.1.	Conceito	649
12.2.	Assistência jurídica integral e gratuita	650
12.3.	Defensoria Pública	650
13.	Juiz Natural e Promotor Natural	650
14.	Direitos Humanos no Direito Penal e Processual Penal	651
14.1.	Reserva legal e anterioridade penal	651
14.2.	Mandados de criminalização	651
14.3.	Crimes com tratamento constitucional	651
14.4.	Aplicação da pena	652
14.5.	Presunção de Inocência	654
14.6.	Identificação Criminal	655
14.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	656
15.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa	656
16.	Provas ilícitas	657
17.	Prisão civil	657
18.	Garantias fundamentais	658
18.1.	<i>Habeas corpus</i>	658
18.2.	Mandado de segurança individual e coletivo	659
18.3.	Mandado de injunção individual e coletivo	661
18.4.	<i>Habeas data</i>	664
18.5.	Ação popular	664
18.6.	Direito de petição	665
18.7.	Ação civil pública	666
19.	Resumo do capítulo	666
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	671